**Ata da Reunião da Câmara de Ensino do IFSUL, em 03 de agosto de 2021.**

O Presidente da Câmara de Ensino, Rodrigo Nascimento da Silva, abriu a reunião fazendo a leitura da ata anterior, a qual foi aprovada pelos presentes. Na sequência, passou-se a debater a primeira pauta do dia, sobre Atividades Excepcionais.

A médica do Núcleo de Apoio à Saúde do Servidor (Nass) do IFSUL, Raquel Janelli, presente na reunião, relatou que, após reuniões com os Centros de Operações de Emergência em Saúde para a Educação, denominados COE-E Locais, dos câmpus do IFSUL, ainda se identifica a necessidade de esclarecimentos sobre alguns itens que integram a proposta de critérios para realização de atividades excepcionais, especificamente ao que concerne ao primeiro item, denominado “o que são atividades excepcionais?”. Nesse sentido, Raquel destaca três pontos no texto da proposta, a serem esclarecidos pela Câmara de Ensino:

* Em primeiro lugar, na frase “Atividades acadêmicas da pós-graduação, da graduação e dos cursos técnicos que não possam ser feitas remotamente por meio de APNP, mediante justificativa da unidade, contemplando:”, geraram-se dúvidas quanto ao trecho “que não possam ser feitas remotamente por meio de APNP”, uma vez que também foram identificadas atividades acadêmicas executadas remotamente nos câmpus, mas que não atenderam os objetivos de aprendizagem esperados, pela falta do ensino presencial.
* Em segundo lugar, na frase “Aulas práticas de disciplinas que sejam pré-requisito para avanço no curso”, questionou-se a utilização do termo “pré-requisito”, que poderia remeter à necessidade de as disciplinas em questão possuírem em suas matrizes curriculares o registro como “pré-requisitos” nos cursos.
* Por último, Raquel traz a frase “Ações excepcionais não coletivas de extensão”, em que se sugeriu que o termo “não coletivas” fosse subtraído.

Aberto o debate entre os Chefes de Ensino presentes, Maria Carolina Fortes, do câmpus Passo Fundo, no uso da palavra, relata sua satisfação em constatar que a discussão sobre a organização da proposta de critérios para realização de atividades excepcionais esteja avançando, e que é preciso passar para a fase de construção dos Planos de Atividades Excepcionais dos câmpus. Ela relata a experiência do câmpus Passo Fundo nesse sentido, que já iniciou o processo de construção desse Plano, e oferece os materiais produzidos em seu câmpus como compartilhamento dessa experiência com os/as demais Chefes de Ensino. Ainda, Maria Carolina ressalta sua preocupação com os processos de matrícula, hoje realizados pelo balcão digital, tendo em vista as dificuldades dos estudantes ingressantes nos processos seletivos no uso dessa ferramenta online. Ela questiona se nas atividades excepcionais haverá espaço para uma discussão desse patamar, ou seja, sobre a possibilidade de algum atendimento presencial das CORACs para auxiliar os estudantes nessas matrículas.

A médica Raquel, em resposta a Maria Carolina, afirma que o que for necessário para atender aos estudantes poderá ser feito presencialmente, desde que seguidos os protocolos de segurança e Planos de Contingência locais e do IFSUL.

Juliana Cardoso Pereira, do câmpus Sapiranga, relata que a proposta atende às necessidades do câmpus quanto ao atendimento aos formandos das turmas do integrado, que tiveram disciplinas adaptadas no formato remoto. Da mesma forma, a delimitação de disciplinas consideradas pré-requisitos como atividades excepcionais, auxilia no atendimento ao subsequente, com turmas em andamento e que não tiveram aulas práticas. Ela lança um questionamento sobre até que ponto se poderia pensar prioritariamente em disciplinas que possuem uma carga horária prática elevada.

Na sequência, Miguel Dinis, do câmpus Santana do Livramento, levanta uma questão sobre o item que contempla o atendimento a estudantes com deficiência. Ele sugere a mudança do termo “deficiência” por “necessidades específicas” e acrescenta a discussão sobre dificuldades de aprendizagem, para este item. Além disso, ele traz a situação que em seu câmpus se solicita que haja, na proposta de critérios para atividades excepcionais, a possibilidade de atividades presenciais para que estudantes que não conseguem realizar atividades de forma não presencial por falta de softwares adequados em seus computadores pessoais, possam ir até o câmpus e utilizar os computadores da instituição.

Em seguida, Alissandra Hampel, do câmpus Bagé, relata que em sua unidade, os professores dos cursos ligados à área agrária não demonstraram interesse em relação às atividades excepcionais, pois consideram que, ou todos os servidores deveriam voltar, ou não deveria voltar ninguém. Ainda, Alissandra argumenta que os cursos da área alimentícia do câmpus necessitam muito do uso de laboratórios em todos os períodos do andamento dos cursos e, por isso, precisariam de aulas práticas presenciais não apenas para formandos. Como questionamento, ela traz a dúvida se estágios entrariam nos critérios para as atividades excepcionais. Igualmente, ela relata que os cursos das áreas de formação geral e informática aprovaram o texto de critérios para as atividades excepcionais, não acrescentando nenhuma modificação ao documento.

Raquel Janelli, em resposta a Alissandra, diz que esta situação do câmpus Bagé, em relação aos professores que opinam pelo retorno de todos ou de ninguém, não é fácil, mas que se tem que começar a discussão por um retorno gradual e que, nessas situações de conflito, seria importante ir pela opinião da maioria, num contexto democrático.

Josí Freitas, do câmpus Venâncio Aires, ressalta que, quanto aos três itens trazidos pelo Comitê para discussão na Câmara de Ensino, o câmpus Venâncio Aires opina pela inserção no texto, além do trecho “atividades acadêmicas que não possam ser feitas remotamente por meio de APNP” a frase “ou que puderam ser adaptadas apenas parcialmente”. Igualmente, ela traz a opção por suprimir o termo “pré-requisitos” do texto e, em seu lugar, colocar a frase “que sejam consideradas essenciais para o avanço do estudante no curso”. A expressão “não coletivas” no item sobre as atividades de extensão, por sua vez, poderia ser retirada.

Gléderson, do Câmpus Charqueadas, afirma que se conseguiu, em seu câmpus, adaptar todas as atividades para o ensino remoto. Ele ressalta que critérios muito amplos podem ser perigosos, uma vez que isso pode acarretar um excesso de atividades consideradas excepcionais. Ainda, ele questiona sobre quais encaminhamentos serão dados nos câmpus sobre a organização dos servidores para a volta presencial, se isso fará parte dessa proposta de critérios para atividades excepcionais.

A médica Raquel, em resposta a Gléderson, afirma que o Comitê de Avaliação não pode fazer essa definição sobre o gerenciamento de questões de cada câmpus, isso deve, segundo ela ser de responsabilidade de cada unidade, e que questões administrativas precisam ser discutidas com a PROGEP.

Juneor Santos Brehn, do câmpus Novo Hamburgo, relata que há um bombardeio de mensagens de pais de estudantes em sua comunidade, uma pressão gigantesca pela volta presencial de aulas. Ele considera que se está “andando em duas velocidades”: na comunidade externa, pressão por um retorno em peso na forma presencial; no IFSUL, discussões sobre atividades excepcionais. Há muita inquietação da comunidade, segundo ele, e evasão e trancamento de matrículas em grande número, no subsequente. Foi proposto no câmpus, inclusive, um curso paralelo para os formandos que não tiveram aulas práticas, na tentativa de minimizar as perdas pela falta do ensino presencial.

Raquel se pronuncia, dizendo que a angústia demonstrada por Juneor, é a angústia de todos, ou da maioria, que temos que prezar pelo bom senso, pela segurança no retorno às atividades. Ela exemplifica que, nas universidades públicas, somente a área da saúde está retornando às aulas presenciais. A realidade do IFSUL é diferente da realidade de outras escolas, atendemos estudantes de vários municípios, que precisam se deslocar até os câmpus de vans, transporte público, etc, mas, mesmo com essas peculiaridades, precisamos avançar na elaboração de um documento como a proposta em debate e que, mesmo com ele, não teremos resposta para tudo.

Cátia, de Jaguarão, relata que existem cursos no câmpus que não tiveram formandos ainda, como é o caso da informática. Porém, o curso de Edificações tem formandos no integrado e no subsequente. Ou seja, a proposta de atender a esses estudantes com atividades excepcionais é bem-vinda. Ela ressalta que seria necessário pensar atividades excepcionais e, também, de ensino híbrido. Os cursos subsequentes apresentam muitas dificuldades nas atividades remotas, por isso, inclusive, estendeu-se o calendário letivo dessas turmas, para minimizar as perdas pela falta do ensino presencial. Desta forma, ela ressalta a necessidade de que as atividades excepcionais serão uma prioridade para os cursos subsequentes. Ao mesmo tempo, ela diz que a comunidade está consciente da necessidade de se esperar o momento certo para o retorno presencial.

Juliana Cardoso Pereira, de Sapiranga, em relação à manifestação do Juneor, procura tranquilizá-lo de que o IFSUL é uma esfera diferenciada de ensino e que é necessário tranquilidade em relação às informações aos pais, orientando-os de que estamos caminhando, com cuidado e atenção, para o retorno gradual.

Raquel complementa que é necessário darmos um “start” no documento, iniciarmos a execução de atividades excepcionais, para que não fiquemos aparentemente em uma inércia.

Maykon Gonçalves, do CAVG, ressalta que as atividades elencadas no documento atendem às necessidades dos cursos do câmpus. Ele questiona se as atividades excepcionais serão obrigatórias para os estudantes e defende que é necessário encaminhar-se na Câmara de Ensino a elaboração de diretrizes para as atividades excepcionais. Além disso, ele entende que um documento muito restritivo impede a movimentação dos câmpus em organizar as suas atividades excepcionais.

Raquel acrescenta que a COE-E Local é protagonista na formulação e avaliação dos planos de atividades excepcionais de cada câmpus e que não se pretende que o documento seja muito restritivo. Como houve necessidade de ajustes em alguns pontos do texto, o documento voltou à Câmara de Ensino, justifica Raquel.

Liliane da Costa Ores, chefe do DEGAE, traz algumas dúvidas dos estudantes sobre as atividades excepcionais: vão ser disponibilizadas máscaras, álcool gel? O vale-transporte vai voltar a ser pago, com as atividades excepcionais? Segundo ela, recursos dos editais de inclusão digital não serão suficientes para atender a demanda.

Raquel traz exemplos, comentando a fala de Liliane, de universidades e de outros Institutos Federais, como é o caso do IFRS que, segundo ela, já está preparado para oferecer kits de EPIs para os alunos. Ela acrescenta que temos que ter planejamento de cada unidade e que, realmente, é necessário orçamento para aquisição de EPIs. Ainda, Raquel ressalta que primeiro precisamos definir quais atividades presenciais serão realizadas e, depois disso, discutirmos sobre o que será preciso fazer para dar conta dessas atividades. Serão decisões de gestão, ela acrescenta. Sobre estudantes de grupo de risco, ela entende que será necessário adaptação do currículo, permitindo que esses estudantes continuem em APNP, em caso de não conseguirem realizar as atividades presenciais.

Marcelio, do câmpus Sapucaia do Sul, compreende que a proposta de escrita em que se entenda que atividades excepcionais sejam todas aquelas atividades de ensino, pesquisa e extensão que não possam ser realizadas na forma remota seria muito ampla, podendo provocar muitas ambiguidades de sentido para esta definição. Sendo assim, ele afirma que o câmpus Sapucaia concorda com os itens apresentados por Raquel. Marcelio traz também um questionamento de seu câmpus, sobre a volta presencial sem todos os estudantes estarem vacinados. Também ressalta que a discussão no CONSUP, sobre as atividades excepcionais, provavelmente será demorada. Há dúvidas, segundo Marcelio, que ainda permanecem, por exemplo, quais seriam os critérios para definição de atividades que não possam ser feitas remotamente por meio de APNP.

Rosane Bom, chefe do DEPEI, esclarece que muitas iniciativas de educação inclusiva estão sendo colocadas em prática no IFSUL, a partir de discussões sobre terminalidade específica ou certificação diferenciada; flexibilidade temporal e diferenciada; para além das adaptações curriculares, discute-se sobre os itinerários formativos, que visam uma flexibilização e acessibilidade curricular, ou seja, outras formas de avanço no processo de atendimento aos estudantes com necessidades específicas.

Malcus, do câmpus Lajeado, relata eue, em seu câmpus, a discussão sobre Atividades Excepcionais foi tranquila e que aguardam como vai se desenvolver a discussão no CONSUP. Há uma expectativa e pressão da comunidade escolar pelo retorno presencial. No caso das APNP, ele traz a sugestão de aumento do tempo dos momentos síncronos.

Veridiana, Vice-Reitora, traz uma contribuição que resulta da manifestação dos estudantes em terem a possibilidade de participar da discussão sobre atividades excepcionais.

Rafael Krolow Santos, do Câmpus Pelotas, defende que é necessário explicar aos pais e à comunidade em geral sobre o movimento de organização de atividades excepcionais. O Câmpus Pelotas já iniciou as discussões sobre o assunto e já tem um retorno dos professores sobre o que seriam atividades excepcionais no câmpus. Sobre as ações de pesquisa e extensão, ele sugere que sejam direcionadas àquelas que precisam ter acesso a laboratórios e oficinas. Rafael destaca a necessidade de estabelecimento de alguns critérios para as atividades excepcionais, como: qual seria o percentual das cargas horárias em APNP para as atividades excepcionais; o que será feito com o documento que está em discussão, seria necessário que ficasse claro o que irá acontecer com este documento; como será feita a comunicação institucional sobre este documento; poderia-se associar ao texto alguns detalhamentos, como questões relacionadas aos servidores (o que acontece se um servidor não quiser voltar ao trabalho presencial), a cargo da PROGEP; aos estudantes (o que acontece, por exemplo, se um estudante ficar em casa); questões de vacinação (será um critério a vacinação ou não).

Maria Carolina, do Câmpus Passo Fundo, enaltece a preocupação e o trabalho técnico e competente da médica Raquel e de todo o Comitê Central, cuja avaliação da situação epidemiológica atual nos permite a possibilidade de um efetivo retorno presencial. O primeiro passo é o trabalho de elaboração de critérios que está sendo feito com este documento em questão. Ela reitera que precisamos experenciar nos câmpus essas atividades excepcionais. Maria Carolina acrescenta que ficamos muito tempo nas discussões sobre APNP, o que atrasou muito o início dessas atividades remotas. Precisamos, segundo ela, dar passos que possibilitem que façamos atividades presenciais excepcionais.

Miguel Dinis, do câmpus Santana do Livramento, afirma que temos questões que serão consequências do documento, como as dúvidas sobre participação ou não de servidores na volta presencial, que seriam demanda da PROGEP; ou, ainda, as questões ligadas aos estudantes que não puderem comparecer às atividades presenciais.

A médica Raquel ressalta algumas mudanças que ocorreram no texto, na última reunião com as COE-E Locais, no que concerne ao item “f” relativo a quais requisitos devem ser atendidos para que as atividades excepcionais possam ser desenvolvidas. O texto atualizado é o seguinte:

f) Observância às condições epidemiológicas adequadas para ocupação dos espaços para as atividades excepcionais, conforme sistemática de monitoramento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para as regiões (https://sistema3as.rs.gov.br/inicial):

I. Alerta e Ação: não são permitidas atividades excepcionais;

II. Aviso: máximo de 50% da ocupação estipulada para o ambiente, conforme calculado no Plano de Contingência da unidade, seguindo o que estabelece o item 4.4 do Plano de Contingência do IFSul.

III. Sem 3As: cálculo de população conforme ocupação estabelecida no Plano de Contingência da unidade, seguindo o que estabelece o item 4.4 do Plano de Contingência do IFSul.

Exemplo de aplicação em uma Sala de 60m² e Plano de Contingência da Unidade prevendo 3m² por pessoa, sem considerar a mobília: na situação de Aviso o máximo que a sala comporta são 10 pessoas; na situação Sem 3As o máximo de pessoas que a sala comporta são 20 pessoas.

A representante discente Cláudia da Silva Claudio relata que foi levado ao Reitor, em uma reunião com entidades estudantis, a solicitação de que sejam elaboradas diretrizes para o ensino híbrido que agreguem atividades excepcionais e flexibilização das diretrizes atuais das APNP, através de uma revisão das mesmas. Segundo ela, é unânime entre todos os níveis de estudantes do IFSUL o entendimento sobre a necessidade de construção dessas diretrizes. Além disso, Cláudia pede para que, nas COE-E Locais, mantenham-se os estudantes representantes discentes a par das discussões realizadas, para que possam estar passando informações atualizadas aos seus pares.

Após as discussões realizadas, Ana Paula Nogueira coordenou a finalização do texto do documento trazido pelo Comitê para discussão na Câmara de Ensino. A redação que se obteve ao final da reunião, sobre o item 1 da proposta de critérios para atividades excepcionais, foi seguinte:

1. O QUE SÃO ATIVIDADES EXCEPCIONAIS?

Atividades acadêmicas que não possam ser feitas remotamente por meio de APNP, ou que puderam ser adaptadas apenas parcialmente, conforme disposto no art. 5º e seus parágrafos das Diretrizes das APNP, mediante justificativa da unidade, contemplando:

• Trabalhos de conclusão de curso

• Aulas práticas de formandos

• Aulas e atividades práticas de disciplinas consideradas essenciais para o avanço do estudante no curso

• Atendimento a estudantes com necessidades específicas e/ou dificuldades de aprendizagem

• Atividades de pesquisa com riscos de perda de objeto e riscos de perda de fomento

• Ações excepcionais de extensão.

O texto acima será levado para apreciação dos dirigentes dos câmpus na próxima reunião do CODIR.

Dado o adiantado da hora, somente esta pauta, sobre Atividades Excepcionais, foi discutida nesta reunião da Câmara de Ensino. O presidente da Câmara, Rodrigo Nascimento, encerrou os trabalhos, agradecendo a presença e contribuição de todos e todas.